

## Contrato de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Água e Esgoto

COC Nº 385/04

Contrato de Concessão para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPA, e o Município de IMBAU, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Município de IMBAU, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. SIDNEI DA SILVA MENDES, devidamente autorizado por Lei, e de outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPA, neste ato representada por seu Diretor Presidente, STENIO SALES JACOB, e pelo Diretor Financeiro, HUDSON CALEFE, para firmar o presente Contrato de Concessão, que se regerá pela Lei Municipal nº 125, de 10/12/2004, e no que couber pela Lei Federal nº 8987, de 13/02/95, alterada pela Lei Federal nº 9074, de 08/07/95 e pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Ficam concedidos, com exclusividade, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPA, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção, coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para os fins previstos no presente Contrato são designados: **a) CONCEDENTE**: o Município de IMBAU; **b) CONCESSIONÁRIA**: a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ÁREA DE ATUAÇÃO

A CONCESSIONÁRIA exercerá a atividade objeto do presente contrato na área territorial do CONCEDENTE.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: **a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais;** **b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios celebrados para fins do item "a", entre o Município e órgãos Federais ou Estaduais;** **c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;** **d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar.**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

O serviço deverá ser executado em estrita obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor de saneamento básico, em especial quanto a qualidade e potabilidade da água para o abastecimento público, segundo critérios estabelecidos pela Portaria nº 518, de 26/03/2004, do Ministério da Saúde, bem como às normas definidas por resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Código Nacional de Saúde, Código Sanitário Estadual e legislação municipal correlata.

**§ 1º** – É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do CONCEDENTE, em que o serviço estiver disponível.

**§ 2º** – A Vigilância Sanitária Municipal, por solicitação da CONCESSIONÁRIA, notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no § 1º desta cláusula.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS TARIFAS**

A remuneração da Concessionária será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabela de Preços de Serviços da SANEPA, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

**§ 1º** – A tarifa dos serviços concedidos pelo presente contrato, bem como sua revisão ou modificação, mediante processo devidamente justificado pela Concessionária, será fixada pelo Chefe do Executivo Estadual ou por órgão ou entidade estatal na forma da lei e o cálculo do valor da tarifa terá por base a planilha de custos dos serviços apreciada pelo Conselho de Administração da Concessionária.

**§ 2º** – A revisão das tarifas ocorrerá sempre que fato superveniente, tais como acréscimo nos custos dos serviços, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, venha a provocar o desequilíbrio do contrato.

**§ 3º** – Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a Estrutura Tarifária e a Tabela de Prestação de Serviços vigentes da Concessionária, conforme Decreto Estadual nº 2459, de 08/01/2004 e Anexos, ou outro que venha substituí-lo.

**§ 4º** – Para garantia do estabelecido na presente clausula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que melhor reflita a recomposição inflacionaria dos preços dos serviços prestados pela Concessionária, devidamente demonstrado em planilha de cálculo referida no parágrafo primeiro desta clausula.

#### **CLÁUSULA SEXTA - TARIFAS DIFERENCIADAS**

As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

§ 1º – Atendendo a Política Tarifária adotada pela CONCESSIONÁRIA, a estrutura tarifária será ajustada para cinco (5) segmentos ou categorias de usuários: Residencial, Comercial, Industrial, Pública e Utilidade Pública.

§ 2º – A tarifa mínima será de, pelo menos, 10 m<sup>3</sup> mensais de consumo de água por economia da categoria de usuários referida no § 1º desta cláusula.

§ 3º – A concessionária praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal. Os critérios para a caracterização de famílias de baixa renda serão definidos pela autoridade competente.

§ 4º – O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de 50 % sobre a tarifa normal.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

### DO CONCEDENTE:

- I - fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços através do Conselho Municipal dos Usuários;
- II - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares expressas no Decreto Estadual nº 3926/88 e as cláusulas deste contrato;
- III - zelar pela boa qualidade do serviço, receber e encaminhar as reclamações dos usuários à CONCESSIONÁRIA, para que esta solucione a questão;
- IV - encampar e declarar a caducidade da concessão na forma dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8987/95.

### DA CONCESSIONÁRIA:

- I - prestar serviço adequado, na forma prevista em lei e neste contrato;
- II - realizar constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de ampliação dos serviços concedidos, dentro de sua Política de atuação;
- III - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- IV - prestar informações sobre o serviço ao Poder CONCEDENTE, ao Conselho e aos usuários;
- V - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo Poder CONCEDENTE, conforme ficar acordado em Termo Aditivo ao presente contrato;
- VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como assegurá-los adequadamente;
- VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- IX - efetuar contratações para os fins previstos neste contrato, inclusive de mão de obra, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA e o Poder CONCEDENTE.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8078/90, são direitos e obrigações dos usuários:

- I- receber serviços adequado;
- II- receber do poder CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III- obter e utilizar os serviços, observadas as normas do poder CONCEDENTE;
- IV- levar ao conhecimento do poder público e da CONCESSIONÁRIA, as irregularidades de que tenham conhecimento, referente aos serviços prestados;
- V- comunicar às autoridades competentes acerca dos atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços;
- VI- contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais lhes são prestados os serviços;
- VII- cumprir as disposições do Regulamento dos Serviços Prestados pela CONCESSIONÁRIA (Decreto Estadual nº 3926/88) e as normas inerentes ao serviço editadas pela CONCESSIONÁRIA;
- VIII- pagar pontualmente as contas dos serviços.

#### **CLÁUSULA NONA - DO SERVIÇO ADEQUADO**

Além do estabelecido na Cláusula Sétima, a CONCESSIONÁRIA se obriga a atender os seguintes princípios:

- Regularidade/Continuidade – comprehende a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão e nas normas técnicas aplicáveis, em caráter permanente;
- Universalidade – comprehende a generalidade na prestação dos serviços, isto é, serviços iguais e eficientes para todas as classes sociais;
- Urbanidade – comprehende a cortesia no atendimento e tratamento do Cliente e garantia de fácil acesso do mesmo à Empresa para reclamações e sugestões;
- Modicidade das tarifas – comprehendendo a justa correlação entre os encargos da concessão e a retribuição dos Clientes através da tarifa e preço dos serviços;
- Segurança/Meio Ambiente e Recursos Hídricos – comprehende o desenvolvimento dos serviços concedidos dentro de técnicas apropriadas, que preservem a saúde da comunidade, o meio ambiente e o patrimônio público e privado;
- Qualidade - comprehendendo o atendimento aos padrões de potabilidade e de disposição de efluentes de esgotos sanitários definidos pelas autoridades competentes.

**§ 1º** - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço, a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

**§ 2º** - O serviço será interrompido mediante aviso prévio por falta de pagamento da conta vencida e não paga há mais de 30 (trinta) dias, sujeitando-se o inadimplente às demais sanções previstas no Regulamento da CONCESSIONÁRIA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Para a adequada prestação dos serviços públicos concedidos a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Manter o nível de abastecimento com água acima de 99% da população urbana da sede municipal,
- Elevar o nível de atendimento de esgoto a população da sede municipal de 0% em dez/2004, para:
  - 52% até 2008,
  - 65 % até 2010.mantendo-se no mínimo este nível até o final da vigência do contrato.
- Obedecer o contido no Decreto Estadual nº3926/88 ( Regulamento dos Serviços Prestados pela Sanepe, em anexo)
- Encaminhar anualmente relatório sobre a prestação dos serviços, informando as metas atingidas.

§ 1º - Para cálculo do alcance das metas referidas no caput serão utilizados os dados populacionais do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social.

§ 2º - Os percentuais referidos no caput admitirão uma variação de 0,2% (zero vírgula dois por cento).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — SERVIÇO GRATUITO - VEDAÇÃO**

É vedado à CONCESSIONÁRIA, conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS LOTEAMENTOS**

No perímetro urbano, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento, desmembramento ou condomínio, somente será autorizado pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e de esgotos, com os projetos previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à CONCESSIONÁRIA, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo CONCEDENTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RECOMPOSIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**

Caberá à CONCESSIONÁRIA, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e ramais prediais, durante a aplicação e carência dos recursos empenhados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESAPROPRIAÇÃO - SERVIDÃO**

O Poder Executivo Municipal declarará de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, os bens imóveis que se

tornarem necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes.

**§ 1º** – Fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a instaurar os procedimentos de desapropriação ou de instituição de servidões para os fins previstos neste artigo, respondendo pelas indenizações cabíveis.

**§ 2º** – Por acordo, o CONCEDENTE poderá assumir o ônus da indenização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BENS E DIREITOS VINCULADOS AO SERVIÇO**

O CONCEDENTE através do presente instrumento reconhece que os bens vinculados aos serviços existentes na data de celebração do presente ajuste, são de propriedade da CONCESSIONÁRIA e estão registrados no ativo permanente da CONCESSIONÁRIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS INVESTIMENTOS**

Para a realização de novos empreendimentos de interesse do Poder Concedente, deverá ser firmado convênio de parceria entre as partes, mediante elaboração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRAS NOVAS - PARTICIPAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, não podendo o ônus resultante de tais empréstimos ser atribuído ao CONCEDENTE, ressalvadas as hipóteses previstas nas cláusulas vigésima quarta e vigésima quinta deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FONTES E BANHEIROS PÚBLICOS**

Serão de responsabilidade do CONCEDENTE, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pelo CONCEDENTE ou de sua responsabilidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO POR FORÇA MAIOR**

A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTUDOS E PROGRAMAÇÃO DE OBRAS**

A CONCESSIONÁRIA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de implantação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o CONCEDENTE nos termos da Lei Municipal de Concessão.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO EMBARGO DE POÇOS**

No perímetro urbano, por solicitação da CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE através de sua Secretaria ou entidade responsável, poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas, existentes nos locais 'provídos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários ou usuários de reclamarem qualquer indenização.

§ 1º - Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas, quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares.

§ 2º - Os poços artesianos/freáticos e cisternas, já existentes, continuam com sua utilização livre enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde. Nesta hipótese, a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é de única e exclusiva responsabilidade do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.

§ 3º - Na área rural e nos distritos industriais não se configura a referida exclusividade da concessão dos serviços definida na Cláusula Primeira deste Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado por acordo das partes, a ser celebrado mediante ato formal, justificado e celebrado antes do término do prazo da concessão.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por:

- I - término do prazo contratual;
- II - acordo das partes;
- III - falta grave apurada em regular processo administrativo;
- IV - privatização da concessionária;
- V - repasse do controle administrativo a iniciativa privada.
- VI - decisão judicial transitada em julgado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Declarado extinto o presente contrato, por quaisquer de suas formas, a CONCESSIONÁRIA continuará na administração e operação dos sistemas até a data da efetiva transferência ao seu sucessor, resguardando à CONCESSIONÁRIA o direito às indenizações previstas neste contrato, exceto nos casos previstos nos itens IV e V quanto aos investimentos do Estado aplicados na aquisição e manutenção de bens reversíveis ainda não amortizados nem depreciados que serão transferidos sem ônus ao CONCEDENTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS EFEITOS DA RESCISÃO**

A partir da rescisão, o CONCEDENTE, ficará responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos perante as instituições públicas, autarquias, em qualquer instância ou tribunal, reclamados por terceiros a qualquer título, pessoas

físicas ou jurídicas, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA REVERSÃO**

Não ocorrendo a prorrogação do prazo de concessão ou advindo a rescisão do presente contrato, o acervo dos sistemas de água e de coleta de esgotos sanitários será revertido ao patrimônio do CONCEDENTE, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após o CONCEDENTE assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros por ventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar previamente à CONCESSIONÁRIA pelo valor contábil as parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados na vigência do contrato.

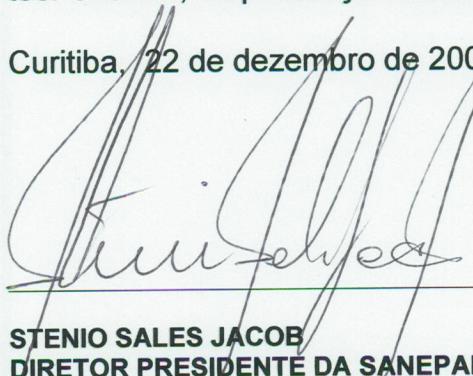
**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA**

Este Contrato é celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogáveis e terá vigência a contar de 22/12/2004, conforme artigo 2º da Lei Municipal 125, de 12/12/2004.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Para plena eficácia jurídica, as partes datam e assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais.

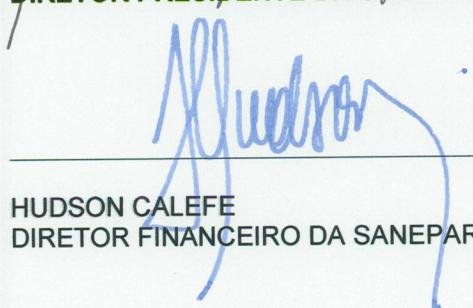
Curitiba, 22 de dezembro de 2004



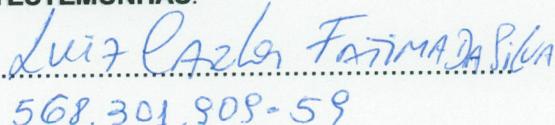
STENIO SALES JACOB  
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPA



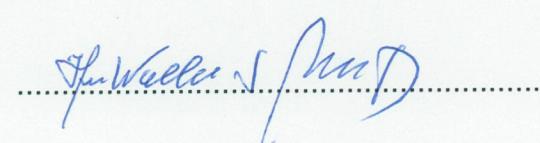
SIDNEI DA SILVA MENDES  
PREFEITO MUNICIPAL DE IMBAU



HUDSON CALEFE  
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPA

**TESTEMUNHAS:**

Luis Lazlo Fazima da Silva  
568.301.908-59



Henrique S. Mendes

Curitiba (Av. Anita Garibaldi, 1, Ahú), com a presença do embargador federal Vladimir Sos de Freitas, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do juiz federal João Pedro Fran Neto, diretor do foro em exercício da Justiça Federal e de juízes e advogados que atuam nas ações de SFH.

A "pauta" é um programa de deputador desenvolvido pelo Núcleo de Informática da Justiça Federal, em que se estabelece um

dente de datas de audiências, permitindo que os bancos enviem às audiências seus melhores negociadores e haja melhores resultados nos acordos propostos.

A "pauta eletrônica" também auxiliará a parceria com a Emgea – Empresa Gestora de Ativos, que poderá participar ativamente de todos os mutirões de conciliação nas cidades mencionadas. A Emgea é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada em 2001 com o

2000, realizará audiências de conciliação nos dias 4, 7, 10 e 11 de março. Na semana de 14 a 17, a Vara também promove rodada de negociações juntamente com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Todas estas audiências serão realizadas na Justiça Federal em Curitiba. A nova sistemática de trabalho já está funcionando na prática e já se estabeleceu calendário de audiências de fevereiro a dezembro nas cinco cidades que utilizarão a "pauta eletrônica".

## Prefeitura e empresas começam a trabalhar nas estradas rurais de Castro

Os primeiros frutos da união entre setor público e privado na manutenção das estradas rurais de Castro começam a ser colhidos. Diversas empresas transportadoras e mineradoras já colocaram máquinas e funcionários para reparer e manter as estradas rurais, em trechos distribuídos em mais de 5,5 mil quilômetros de vias. Para fortalecer esta parceria, cerca de 15 empresários castrenses uniram-se mais uma vez na manhã de ontem para definir os meios de colaboração nos comboios. Na terça-feira, cinco quilômetros da estrada que liga a rodovia 151 à localidade de Santa Clara começaram a ser limpos e calhados, através de parceria entre o proprietário rural Sandro, da empresa Log Brasil. Ele já disponibilizou um trator de estrada mais três caminhões. Já a feitura entra com patrula, pá regadeira e caminhão. O calhamento e ampliação do trecho – que vai possibilitar a passagem de dois veículos ao mesmo tempo, ao contrário de antes –

vai servir como mais uma opção para o tráfego de ônibus escolares, caminhões de granjas e de mais veículos que utilizam maciçamente a estrada de Guararema.

O sistema aplicado na Santa Clara é semelhante ao que está sendo feito no Distrito do Socavão, com a Calcário Itajara, e no Distrito do Abapan, com a Costalco. Apesar de não comparecer na reunião de quarta-feira, a mineradora Calpar também realiza a manutenção de estradas que utiliza. As empresas Itajara e a Costalco também passam a doar mensalmente 500 litros de óleo diesel cada, que serão utilizados nos comboios. "É importante ressaltar que estas parcerias são permanentes", diz o secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Paulo Roberto Nocera. Ainda quanto aos comboios, Nocera afirma que devem ser intensificados com a chegada de sete patrulhas rurais, prevista para a próxima semana.

O secretário também se reuniu

na tarde de quarta-feira com o comando do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (ECM) para solicitar apoio na colocação de acampamentos nas comunidades rurais que receberão os comboios. O objetivo é fazer com que os trabalhadores não precisem se deslocar diariamente das localidades até a cidade, o que normalmente acaba atrasando os trabalhos. "Queremos que o escoamento da safra de verão seja facilitado", diz. A única dificuldade, neste primeiro momento, é a falta de rolo para os trabalhos. "Mas já estamos estudando uma forma de conseguir esta máquina", comenta.

As parcerias público-privadas visam solucionar a defasagem em que se encontra o Parque de Máquinas. Dos 18 caminhões do Parque, apenas quatro estão em condições de funcionamento. Outras empresas já demonstraram interesse em participar da conservação das estradas. As obras nas demais localidades devem começar já nos próximos dias.



### Nota Relevante

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - torna público que celebrou, com o município de Imbaú, contrato de concessão para a execução dos serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto sanitário), com exclusividade, conforme prazo e condições abaixo:

Prazo: 30 anos, prorrogáveis.

Inicio: 22/12/2004.

Lei Municipal autorizativa: nº 125/04, de 10/12/2004.

Metas de expansão: manter o nível de atendimento acima de 99% da população urbana com água tratada; elevar o nível de atendimento dos serviços de esgoto nas vias urbanas para 52% até 2008 e para 65% em 2010, mantendo este nível até o final da vigência do contrato.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2005.

Stênio Sales Jacob  
Diretor Presidente da Sanepar

**fió**  
ESCOLA  
**CATEGORIAS**  
erponta.com.br  
FAX: (42) 3028-6001

**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N.º 035/2005**  
**Objeto:** Contratação de serviços de manutenção de redes e ramais de água e esgotos sanitários, recomposição de pavimentos, serviços de corte e religação, ampliação de redes de água e esgoto e ligações prediais de água e esgoto nas quantidades e parâmetros qualitativos definidos pela contratante, de acordo com a tecnologia, filosofia e metodologia do Sistema Gerencial de Manutenção - SGM, para as localidades de Matelândia, Céu Azul e Santa Tereza do Oeste, com fornecimento parcial de materiais. **Disponibilidade:** até o dia 21/03/2005.  
**Abertura das Propostas:** 23/03/2005 às 10:00 hrs. **Preço máximo:** R\$ 165.945,85. **Informações complementares:** Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, fones (41)330-3910/330-3128, fax (41)330-3174/330-3200 ou pelo site <http://www.sanepar.com.br/sanepar/llicitacoes/llicitacoes2.nsf>.

Sandra Maria dos Santos Bem  
Gerente da Unidade de Serviços de Aquisições  
Heitor Wallace de Mello e Silva  
Diretor Administrativo

R\$ 96,00 - 7147/2005

**Nota Relevante**

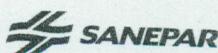
A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - torna público que celebrou, com o município de Imbaú, contrato de concessão para a execução dos serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto sanitário), com exclusividade, conforme prazo e condições abaixo:  
Prazo: 30 anos, prorrogáveis.  
Início: 22/12/2004.

Lei Municipal autorizativa: nº 125/04, de 10/12/2004.  
Metas de expansão: manter o nível de atendimento acima de 99% da população urbana com água tratada; elevar o nível de atendimento dos serviços de esgoto nas vias urbanas para 52% até 2008 e para 65% em 2010, mantendo este nível até o final da vigência do contrato.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2005

Stênia Sales Jacob  
Diretor Presidente da Sanepar

R\$ 96,00 - 7149/2005

**Nota Relevante**

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - torna público que celebrou, com o Município de Jatiópolis, contrato de concessão para a execução dos

serviços, conforme prazo e condições abaixo:

Prazo: 30 anos, prorrogáveis.

Início: 30/11/2004.

Lei Municipal autorizativa: nº 17/04, de 11/11/2004.

Metas de expansão: manter o nível de atendimento acima de 98% da população urbana com água tratada.

Curitiba, 18 fevereiro de 2005

Stênia Sales Jacob  
Diretor Presidente da Sanepar

R\$ 80,00 - 7151/2005

**Nota Relevante**

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - torna público que celebrou, com o município de Tapira, contrato de concessão para a execução dos serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto sanitário), com exclusividade, conforme prazo e condições abaixo:

Prazo: 30 anos, prorrogáveis.

Início: 09/09/2004.

Lei Municipal autorizativa: nº 016/04, de 12/07/2004.

Metas de expansão: manter o nível de atendimento acima de 99% da população urbana com água tratada;  
Curitiba, 18 de fevereiro de 2005

Stênia Sales Jacob  
Diretor Presidente da Sanepar

R\$ 80,00 - 7154/2005

**Nota Relevante**

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - torna público que celebrou, com o município de Jatiópolis, contrato de concessão para a execução dos serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto sanitário), com exclusividade, conforme prazo e condições abaixo:

Prazo: 30 anos, prorrogáveis.

Início: 24/11/2004.

Lei Municipal autorizativa: nº 139/04, de 12/11/2004.

Metas de expansão: manter o nível de atendimento acima de 99% da população urbana com água tratada.  
Curitiba, 18 de fevereiro de 2005

Stênia Sales Jacob  
Diretor Presidente da Sanepar

R\$ 80,00 - 7157/2005